

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA
DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL

entre

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL,
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DTVM
como Agente Fiduciário

Datado de 24 de setembro de 2010.



A handwritten signature, possibly of the same person as the one in the stamp, located to the right of the stamp.

Pelo presente instrumento, de um lado,

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, sociedade por ações, companhia fechada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, 1012, 16º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 33.530.486/0001-29, NIRE 333 0000340-1, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora" ou a "Companhia").

E, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas").

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DA EMISSORA

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de setembro de 2010 ("AGE"), na qual foi deliberada a Emissão e suas condições, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

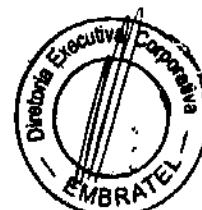
CLÁUSULA II - REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em até duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, a "Emissão" ou a "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2. ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS



2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão e os termos e condições da Oferta será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (a "JUCERJA") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico.

2.3. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. DISPENSA DE REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.4.1. A Emissão não será registrada na ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais por tratar-se de oferta pública por companhia fechada, com esforços restritos de colocação, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 09 de junho de 2010.

2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT — Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT") administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. — Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND — Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser Negociadas entre Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos, e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

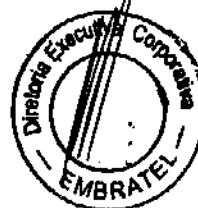
3.1. NÚMERO DA EMISSÃO

3.1.1. A presente Escritura contempla a primeira emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão é de até R\$3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.3. NÚMEROS DE SÉRIES



3.3.1. A Emissão será realizada em até duas séries, da seguinte forma: a Primeira Série: será de até R\$ 3.150.000.000,00 (três bilhões, cento e cinquenta milhões de reais) e a Segunda Série: será de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data da Emissão.

3.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.4.1. Serão emitidas até 350 (trezentas e cinquenta) Debêntures, sendo até 315 (trezentas e quinze) Debêntures da Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") e até 35 (trinta e cinco) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série") e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").

3.5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão preponderantemente aplicados na liquidação financeira da Oferta Pública Voluntária para a aquisição de até 100% (cem por cento) das ações preferenciais de emissão da NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., além de outras destinações operacionais e necessidades de investimento.

3.6. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Citibank S.A. ("Citibank" ou "Coordenador Líder"), do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") do e Banco Bradesco BBI S.A., ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o BTG Pactual, "Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Primeira Emissão da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (o "Contrato de Distribuição").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados": (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seja o Valor Nominal na data de emissão.

3.6.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e



páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.3. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

3.7. LIMITE DA EMISSÃO

3.7.1. Observado o disposto no item 4.1.3 abaixo, a Oferta atende aos limites previstos no artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Companhia, em 28 de abril de 2009, era de R\$ 4.465.354.745,65 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, seicentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

3.8. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

3.8.1. O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (o "Banco Mandatário" e a "Instituição Depositária", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.9. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.9.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (i) operar, explorar e prover Serviços de Telefonia Fixa Comutada, com observância dos termos e condições dos Contratos de Concessão ora em vigor, bem como daqueles futuramente implementados; (ii) operar, explorar e prover todos e quaisquer serviços de telecomunicações dentro dos parâmetros, termos e condições dos Termos de Autorização ora em vigor, bem como daqueles futuramente implementados; (iii) implantar, expandir e operar, entre outros: (a) os troncos interestaduais e intraestaduais para transporte integrado de serviços de telecomunicações e os equipamentos multiplex a eles associados; (b) os Centros de Comutação Telefônica Automática Interurbana; (c) as estações terrenas necessárias às comunicações via satélite e os equipamentos multiplex a elas associados; (d) os meios que constituem as conexões internacionais do País; (e) os Centros (automáticos ou manuais) internacionais de Comutação Telefônica, de Telex, de Telegramas, de Transmissão de Dados e de outros serviços que utilizem técnicas digitais; (f) os Centros de TV; (g) as Estações Costeiras do Serviço Móvel Marítimo; (h) os meios que constituem a Rede Nacional de Telex; e (i) os meios que constituem a Rede Nacional de Transmissão de Dados. (iv) Explorar: (a) os meios de telecomunicações, por ela operados, conforme discriminado no item iii, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", incluindo satélite e linha dedicada, em bases industriais; (b) os serviços de transmissão de sinais de TV entre os Centros de TV por ela operados; (c) o Serviço Móvel Marítimo das Estações Costeiras; e (d) os serviços Nacional e Internacional de Telex, de arrendamento de circuitos telegráficos, de Transmissão de Dados e outros que utilizem técnicas digitais, excetuados os de telegrama. (v) Coordenar as atividades relativas à exploração dos serviços e operações dos meios de telecomunicações internacionais do País. (vi) A importação, exportação, comercialização, arrendamento e aluguel de bens e equipamentos, e a prestação de serviços, relacionados às atividades compreendidas no seu objeto social, assim como serviços de valor agregado; e (vii) a participação no



capital de outras companhias, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil e no exterior.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de setembro de 2010 (a "Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirográfica.

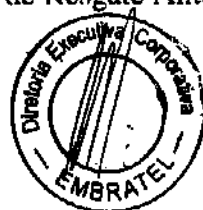
4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Prazo e Amortização: Debêntures da Primeira Série: O vencimento final ocorrerá em 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de setembro de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula VII abaixo, com amortização em uma única parcela, no vencimento das referidas Debêntures; e Debêntures da Segunda Série: O vencimento final ocorrerá em 04 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de setembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula VII abaixo, com amortização, em uma única parcela, no vencimento das referidas Debêntures. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração.

4.1.6. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.7. Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado total ou parcial de cada uma ou da totalidade das Séries das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Resgate Antecipado").

4.1.7.1. A Companhia realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data em que a efetivará, e, deverá, na mesma data da comunicação, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.10 abaixo ("Edital de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou atendimento em ordem cronológica de aceitação da respectiva oferta de Resgate Antecipado);



(b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) se a oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão ao Resgate Antecipado; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures.

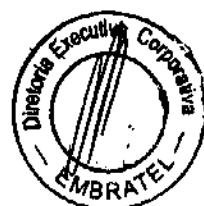
4.1.7.2. Após a publicação do Edital de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão ao Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Companhia terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação do Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Companhia somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão ao Resgate Antecipado.

4.1.7.3. A Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão ao Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar a Instituição Escriutadora, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização do Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado.

4.1.7.4. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão ao Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Companhia, venha a ser oferecido no âmbito do Resgate Antecipado, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo.

4.1.7.5. Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.1.8. Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e desde que a oferta de Aquisição Facultativa seja realizada em iguais condições a todos os Debenturistas da Emissão, de modo a garantir o tratamento igualitário dos investidores. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria



A handwritten signature, likely of a company representative, written in dark ink.

nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

4.2. REMUNERAÇÃO

4.2.1. As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada do percentual de 104% (cento e quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Vencimento.

4.2.2. As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada do percentual de 106% (cento e seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Vencimento.

4.2.3. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.



p - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI, de ordem *k*, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas em até 05 (cinco) dias úteis ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2.4.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da



Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.2.4.3. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.4.4 A Remuneração das Debêntures, tanto da Primeira Série, quanto da Segunda Série, deverá ser paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 30 de março de 2011 e os demais pagamentos devidos no dia 30 dos meses de setembro e março de cada ano, até a respectiva Data de Vencimento de cada Série.

4.2.5. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.3. LOCAL DE PAGAMENTO

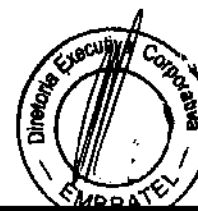
4.3.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) por meio do Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados ao referido sistema ("Local de Pagamento").

4.4. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.4.1. Caso um determinado vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.5. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.5.1. Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Cláusula VII a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do



inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.6. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.6.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura.

4.8. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

4.8.1. A integralização das Debêntures da Primeira e Segunda Série será realizada à vista, no ato da subscrição (a "Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com a Instrução CVM 476 e as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.9. REPACTUAÇÃO

4.9.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

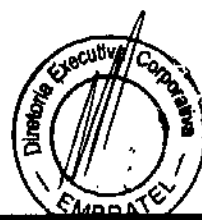
4.10. PUBLICIDADE

4.10.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

4.11.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.12. LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO



A handwritten signature in dark ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.13. IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei nos rendimentos de tal Debenturista.

4.14. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

4.14.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

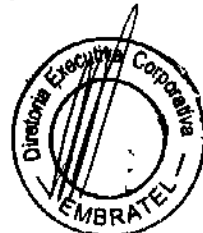
CLÁUSULA V - ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente inscritos na JUCERJA.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, tão logo tome ciência incontestável dos eventos a seguir relacionados, e independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, mediante entrega à Emissora de simples comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;
- (b) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora durante a vigência desta Escritura, cujo valor remanescente da obrigação, à época da declaração do vencimento antecipado, seja igual ou superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, reajustados, anualmente, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado — IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o "IGP-M"), desde a Data de Emissão;
- (c) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, cujo valor principal unitário seja igual ou superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras



A handwritten signature, possibly "A. A. A.", written in dark ink.

moedas, reajustados, anualmente, pela variação do IGP-M, desde a Data de Emissão, salvo se o inadimplemento de obrigações for sanado pela Emissora ou suas controladas, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de notificação da Emissora ou suas controladas, conforme o caso, da respectiva ocorrência;

(d) a ocorrência de: (i) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora; e/ou (ii) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, ou decretação de falência da Emissora;

(e) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer outra forma a seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em razão das Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

(f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, nos termos desta Escritura;

(g) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, na data em que foram dadas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura;

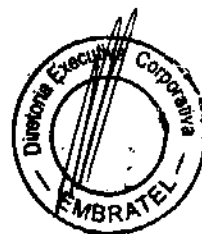
(h) se, após a transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora, a Agência Classificadora de Risco contratada para a Emissão, seja ela a Fitch Ratings, a Moody's Brasil ou a Standard & Poor's ("Agência de Rating") ou, na impossibilidade destas, uma agência de classificação de risco de renome internacional, rebaixar em no mínimo 2 (dois) "notes" os "ratings" das Debêntures e/ou da Emissora (com base nos ratings das Debêntures e/ou da Emissora existentes no 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à aprovação societária necessária referente a essa transferência de controle), exclusivamente em decorrência da referida transferência de controle;

(i) cisão, fusão ou incorporação que envolvam a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas ou coligadas, exceto se: (i) a Carso Global Telecom, S.A.B de C.V. ou a América Movil S.A.B. de C.V. continue direta ou indiretamente, como acionista controladora da Emissora ou (ii) for obtida anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação; ou (iii) tal operação de cisão, fusão ou incorporação envolver empresas que, nesta data, sejam controladas, diretas ou indiretas, pela Emissora, entre essas empresas controladas, sendo que, com relação a este subitem (iv), salvo se a fusão, cisão ou incorporação não resultar no rebaixamento dos ratings em no mínimo 2 (dois) "notes" das Debêntures e/ou da Emissora pela Moody's America Latina Ltda. ou, na impossibilidade desta, uma agência de classificação de risco de renome internacional (com base nos ratings das Debêntures e/ou da Emissora existentes no 5º (quinto) Dia Útil imediatamente anterior à aprovação societária necessária referente a respectiva cisão, fusão ou incorporação), exclusivamente em decorrência da referida operação de cisão, fusão ou incorporação;



A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

- (j) transformação do tipo societário da Emissora;
- (k) decisão judicial determinando a execução judicial de títulos contra a Emissora ou qualquer uma de suas controladas, diretas ou indiretas, cujo valor agregado seja superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) reajustados anualmente, pela variação do IGP-M, desde a Data de Emissão, salvo na hipótese de: (i) garantia do juízo, por qualquer meio (inclusive carta de fiança), sem a necessidade do efetivo desembolso do valor respectivo pela Emissora ou qualquer uma de suas controladas por conta dessa garantia prestada; e/ou (ii) suspensão ou cancelamento da exigibilidade imediata do pagamento do referido valor por qualquer motivo, inclusive, mas não se limitando a, obtenção de decisão com efeito suspensivo perante o tribunal que determinou a execução do título ou tribunal superior a este;
- (l) realização de redução do atual capital social da Emissora, disposto no item 3.7 acima, com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (m) protesto de títulos contra a Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), e/ou em valor agregado superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora, suas controladoras ou suas controladas que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou, ainda, (iii) foram prestadas pela Emissora ou por suas controladas, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (n) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de modo a alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pela Companhia;
- 6.1.1. Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas "a", "b" e "d" do item 6.1. acima o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, na data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.
- 6.1.2. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceção feita aos indicados nas alíneas "a", "b" e "d" do item 6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido no item 6.1.2.1 abaixo.
- 6.1.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere ao item 6.1.2 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.



A handwritten signature in black ink, consisting of stylized letters and a long horizontal stroke.

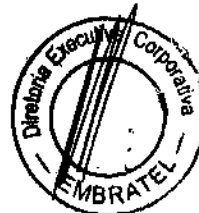
6.1.2.2. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no item 6.1.2 supra, ou não havendo: (a) sua convocação; (b) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização; ou (c) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes.
- (c) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;
- (d) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura.
- (e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, até 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
- (f) até 5 (cinco) dias úteis, informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item 7.1.10 abaixo;
- (g) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea (1) do item 8.5.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, nos prazos em que esses dados financeiros e atos societários tenham sido divulgados publicamente; e



A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes, located to the right of the circular stamp.

(h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento.

7.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

7.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia Geral de Debenturistas;

7.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

7.1.5. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;

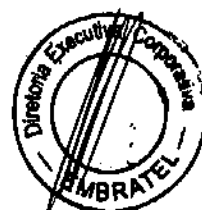
7.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

7.1.7. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

7.1.8. Não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;

7.1.9. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

7.1.10. Encaminhar, imediatamente, à CVM, quando aplicável, à CETIP e ao Agente Fiduciário, o relatório preparado pela Agência de Rating, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;



16

7.1.11. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.5 acima;

7.1.12. Cumprir, em todos os aspectos materiais de modo a não prejudicar o curso normal dos negócios da Emissora, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

7.1.13. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, de modo a não prejudicar o curso normal dos negócios da Emissora;

7.1.14. Tomar todas as medidas necessárias para:

(a) Preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(b) Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;

(c) Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, de modo a não prejudicar o curso normal dos negócios da Emissora;

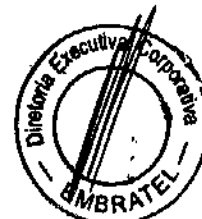
(d) Manter os bens necessários para condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação; e

(e) Estender as medidas elencadas nas alíneas "a" a "d" acima para as sociedades sob seu controle.

7.1.15. Contratar e manter contratados, as suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, dentre outros: (a) o Agente Fiduciário; (b) o Banco Mandatário e Instituição Depositária; (c) sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e (d) Agência Classificadora de Risco.

7.1.16. Efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP e de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora.

7.1.17. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios em âmbito judicial e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;



A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and strokes, located to the right of the circular stamp.

7.1.18. Informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;

7.1.19. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;

7.1.20. Comunicar imediatamente à CVM, se for o caso, e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas; e

7.1.21. Cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão.

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. NOMEAÇÃO

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. DTVM, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. DECLARAÇÃO

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse;



18

- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

8.3. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), durante o prazo de vigência das Debêntures, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

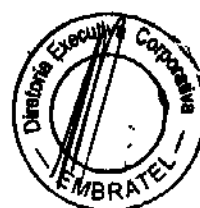
8.3.1.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (c) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (d) das garantias, (e) prazos de pagamento e (f) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.3.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

8.3.3. A remuneração prevista no item 8.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista no item 8.3.1 acima serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data do pagamento da primeira parcela referida no item 8.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada pro rata die se necessário.

8.3.5. A remuneração prevista no item 8.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, na vigência do serviço, a



10

serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora, observado o limite previsto nesta cláusula.

8.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

8.3.7. A remuneração prevista no item 8.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4. SUBSTITUIÇÃO

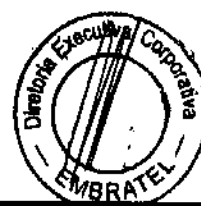
8.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

8.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada pro rata temporis, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

8.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



20

8.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivada na JUCERJA.

8.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável.

8.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.5. DEVERES

8.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

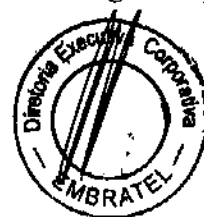
(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, apenas caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos,



A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.

dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Vara Trabalhista, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 10 do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização legal à CVM pelo Agente Fiduciário.

(1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

(1.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

(1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

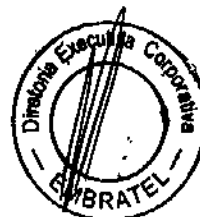
(1.5) Amortização, Resgate Antecipado, Aquisição Facultativa e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(1.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e



A handwritten signature in dark ink, consisting of stylized, overlapping letters.

(m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da Emissora;

(m.2) no seu escritório;

(m.3) na CVM; e

(m.4) na sede dos Coordenadores;

(n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária e a CETIP;

(p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VI acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações a alteração proposta;

(t) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas; e

(u) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

8.6. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

8.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:



23

Handwritten signature and scribbles next to the page number 23.

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos do item 6.1 desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

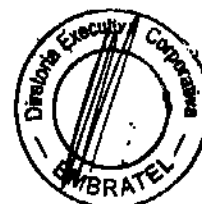
8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do item 8.6.1 acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do item 8.6.1 acima.

8.7. DESPESAS

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere este item 8.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e, se possível, adiantadas pelos Debenturistas, e, neste caso, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



24

8.7.4. As despesas a que se refere a cláusula 8.7.1 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções e respectivas hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

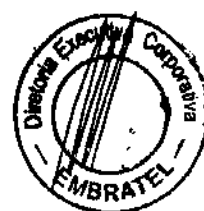
CLÁUSULA IX - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. CONVOCAÇÃO

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral ("Assembléia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.

9.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8



(oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

9.1.4. Será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

9.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

9.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

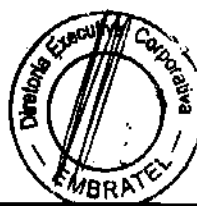
9.3. MESA DIRETORA

9.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

9.4.1. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, resgate antecipado, e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembléia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembléia Geral.



26

9.5. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

9.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) as obrigações assumidas nesta Escritura e no respectivo Contrato de Distribuição constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(e) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura,



A handwritten signature in dark ink, consisting of a series of loops and strokes, located to the right of the circular stamp.

ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND;

(g) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(h) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada à situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, ressalvada a operação referida na cláusula 3.5.1 desta Escritura, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;

(i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(j) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(k) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(l) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(m) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

(n) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;



Handwritten signature and the number 28.

(o) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

(p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. COMUNICAÇÕES

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL

Avenida Presidente Vargas, 1012, 10º andar

Centro

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20071 910

At.: Sr.(a) Dario Balesdent filho

Tel.: 21 2121 6065

Fax: 21 2121 3275

E-mail: dario@embratel.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A DTVM

Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.:) (021)3385-4565

Fax: (021) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br

c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia - DAC

Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º Andar

Cep.: 06029-900 - Osasco - SP

At.: Sr. Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira

Tel.: (11) 3684.4522

Fax: (11) 3684.5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br



29

Para a CETIP:

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo - SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cctip.com.br

11.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.2. RENÚNCIA

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

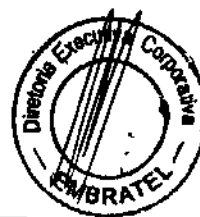
11.3. LEI APLICÁVEL E FORO

11.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.3.2. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.3.3. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES



Handwritten signature and initials.

11.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA

11.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.7. CORREÇÃO DE VALORES

11.7.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

11.8. VERIFICAÇÃO DE VERACIDADE

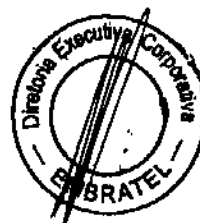
11.8.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável, nem, tampouco, terá qualquer responsabilidade pela sua adimplência da dívida ora contratada.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2010.

(As assinaturas seguem nas 2 (duas) páginas seguintes.)

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



31

Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escriturada 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, Da Espécie Quirografária, em até duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL, datado de 24 de setembro de 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL

Nome: 
Cargo: **DARIO BALESDENT FILHO**
Diretor de Tesouraria

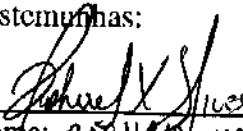
Nome: 
Cargo: **Antonio Alves dos Santos Filho**
Gerência de Tesouraria,
Financiamentos e Seguros

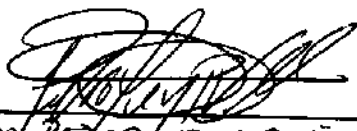
PETÁGONO S.A. DTVM

Nome: 
Cargo: **Marco Aurélio Machado Ferreira**
Procurador

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:


Nome: **RAIMUNDO XAVIER GOMES ALVES**
CPF/MF: **118.779.507-00**


Nome: **PEDRO HENRIQUE PORTELA VIDAL**
CPF/MF: **413.751.813-00**

